

## PERSEGUIÇÃO NA ESCOLA DE MÚSICA. *Página 3*

Debate na Coppe excluiu funcionários e estudantes.  
*Páginas 6 e 7*

Prefeito desmascarado.  
*Página 8*

JORNAL DO  
**Sintufrj** FASUBRA CUT  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feira do Livro

As editoras da UFRJ, UFF, Fiocruz e Uerj vão realizar entre os dias 11 e 15 de abril a 1ª Feira do Livro das Editoras Universitárias do Rio de Janeiro. Na UFRJ, a feira será no *campus* da Praia Vermelha (ao lado da piscina). Serão oferecidos títulos de todas as áreas do conhecimento científico, filosófico e artístico, com 50% de descontos em todos os livros.

### NOVOS RUMOS

# Reitor empossa

# diretores na



# Faculdade de Direito

**FUNCIONÁRIOS** – que foram determinantes no processo de afastamento do antigo diretor e na luta pelo retorno da normalidade acadêmica e administrativa da FND – fizeram festa na sexta-feira para comemorar o início de novos tempos. *Páginas 4 e 5*

# Perseguições continuam na Escola de Música

**Chefe da biblioteca é afastada pela diretora da escola. Abaixo-assinado quer a volta de Dolores**

O abaixo-assinado reivindicando a permanência de Dolores Castorino Brandão na chefia da biblioteca da Escola de Música já conta com mais de 200 adesões. Até usuários da biblioteca manifestaram apoio. Mensagens de solidariedade de pesquisadores estão chegando de várias partes do país e do exterior. Na quinta-feira, dia 7, às 14h, os funcionários da unidade vão se reunir para discutir a situação. O SINTUFRJ estará presente.

Dolores foi posta em disponibilidade desde 24 de março pela diretora da escola, Harlei Ebert Raymundo, que já tem no currículo a perseguição de outros funcionários. Os colegas de trabalho, professores, pesquisadores e alunos da unidade não têm dúvidas: Harlei agiu por motivação pessoal, como já ocorreu com outros técnico-administrativos. Dolores foi designada pelo Sibi (Sistema de Bibliotecas e Informação) para a Biblioteca do Museu Nacional, para a função de bibliotecária.

## Dedicação

Dolores Brandão é funcionária da UFRJ há 15 anos e a há dez ocupava a chefia da Biblioteca da Escola de Música. Ela é apontada pelos colegas como a responsável pela revitalização da biblio-

teca. A responsável pelo setor de Manuscritos, Maria Luisa Nery de Carvalho, disse que Dolores conseguiu imprimir um ritmo dinâmico ao trabalho de organização do acervo, valorizando a participação nesta tarefa de toda a equipe. “Mais de três mil títulos já estão inseridos na

Ter condições de manter uma funcionária como Dolores Brandão e poder recolocá-la em uma biblioteca tão importante como é a Escola de Música, é uma oportunidade rara Paula Mello, coordenadora do Sibi

base Minerva. Isso é resultado do empenho de todos, mas principalmente da atuação da chefia, cujo perfil é adequado ao cargo”, acrescentou.

Outras iniciativas voltadas à valorização dos milhares de títulos e exemplares que compõem o acervo da Escola de Música, considerado o mais importante da América Latina, foram atribuídas à biblioteca.

Dolores e Maria Luisa foram as primeiras colocadas no Círculo de Estudo e Ciên-

cia da Informação, promovido pelo Sistema de Bibliotecas e Informação, na década de 1990. Em 2002, Dolores foi convidada a falar na Conferência Anual da Internacional Associação de Bibliotecas de Música, Arquivos e Documentação, nos Estados Unidos. O convite foi um prêmio

à sua atuação na UFRJ. Conhecidora de teoria musical, já escreveu artigos para a *Revista Brasileira de Música*.

**ACUSAÇÕES SEM PROVA** – Dolores Brandão teria sido posta em disponibilidade pela diretora da Escola de Música em atendimento aos pedidos dos diretores de Graduação, Vanda Freire, e de Pós-Graduação, Marcelo Versone, sob a alegação de estarem sendo prejudicados por ela em seus projetos de pesquisa. Dolores também foi

acusada pela diretora de destituir pesquisador e de emprestar uma obra rara a uma pesquisadora de Portugal.

Segundo o professor e pesquisador André Cardoso, que fez parte da Comissão da Biblioteca na gestão do ex-diretor da unidade e que é membro da Comissão de Avaliação de Manuscritos, Dolores Brandão nunca se negou a atender pesquisador ou demonstrou preferências. “O que está acontecendo é perseguição, uma violência, um absurdo. Ela sempre atuou com o máximo de profissionalismo, e se hoje a realidade dessa biblioteca é outra de há dez anos atrás foi graças ao seu trabalho. Estamos recebendo mensagens eletrônicas de pesquisadores de todas as partes, inclusive de Portugal, destacando sua competência”, afirmou.

**MÁ-FÉ** – Cardoso é testemunha de que Dolores pediu informações por escrito sobre as reclamações feitas contra ela por Vanda Freire e Marcelo Versone, assim como o nome do pesquisador maltratado e sobre a autorização de empréstimo da obra. “Harlei Raymundo não respondeu”, informou o professor.

**PERSEGUIÇÃO** – Para Dolores, ela foi punida pelo fato

## Posição da Sibi

A coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informações, Paula Mello, falou que lamenta o acontecido, mas que a competência do Sibi é apenas de gerenciar a parte estrutural e técnica das bibliotecas e não de interferir em qualquer decisão desta natureza tomada por diretor de unidade. E informou que Dolores Brandão já foi reconduzida à Biblioteca do Museu Nacional.

“Ter condições de manter uma funcionária altamente especializada como Dolores Brandão e poder recolocá-la em uma biblioteca tão importante como é a Escola de Música, em termos de acervo, é uma oportunidade rara”, disse Paula Mello.

de nunca ter compactuado com as perseguições a professores e funcionários da Escola de Música. Dolores disse também que foi ameaçada por Harlei de processo administrativo, porque está exigindo explicações por escrito sobre as acusações feitas contra ela.

## ATENÇÃO – Reunião com os bombeiros nesta terça-feira

Na semana passada ocorreu uma reunião em Brasília com o sindicato, a PR-4 e um representante da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, em que um dos pontos discutidos foi o processo dos bombeiros. Para passarmos os informes dessa reunião, estamos chamando uma reunião com todos os bombeiros para a esta terça-feira, às 11h, no Espaço Cultural.

## APOSENTADOS

Reunião às 10h, no dia 27 de abril, no Salão Nobre do CT (Bloco A).

# O papel da CPPTA com o novo plano

Foto: Niko Júnior

Nos dias 31 de março e 1º de abril foi realizado na Faculdade de Letras o encontro anual das Comissões Permanentes de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTAs). Na reunião foram discutidos o papel das CPPTAs com o novo Plano de Carreira e a formação da Comissão Interna de Supervisão, que será criada para acompanhar a implantação do plano nas universidades.

Na abertura, a coordenadora do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro, destacou que a categoria virou uma página importante – a do PUCRCE – e constrói uma outra, a do novo Plano de Carreira, que rompe com a barreira de classes quando não mais divide os técnico-administrativos por nível. Ana lembrou que há outro debate em curso: pelo acordo com o governo, a Comissão Interna de Supervisão deveria ser composta por membros eleitos pelos trabalhadores, sem interferência dos reitores. Mas a Andifes quer a indicação de membros da administração.

A coordenadora adiantou que o debate vai ao Conselho Universitário para que se defina uma posição da UFRJ.

O superintendente da PR-4, Roberto Gambine, ponderou que, em razão do avanço da adesão ao novo plano, aquele poderia ser um dos últimos encontros das CPPTAs. A adesão na UFRJ ultrapassou a marca de 90% entre os aposentados e alcançou quase 100% dos ativos.

“Estamos muito preocupados com a questão da permanência ou não da CPPTA. Este encontro é importante para que todos possam tirar suas dúvidas a respeito do plano”, disse Eber Teixeira de Paula, coordenador-geral do Fórum Nacional de CPPTA.

## Extinção

Paulo Henrique Rodrigues Santos, da Fasubra, explica que as CPPTAs não foram extintas; estão previstas no PUCRCE. “Acontece que a condição para integrar a CPPTA é estar no PUCRCE, o que vai causar um esvaziamento, pois muitos de seus integrantes



ENCONTRO NA LETRAS. Reunião nacional no auditório da Faculdade de Letras

devem aderir à nova carreira. Caso haja servidores que não façam opção pelo novo plano, podem preencher as vagas na CPPTA.” Segundo estimativas preliminares, cerca de 95% dos servidores aderiram ao plano nas Ifes.

Paulo Henrique disse que se um grupo pequeno ficar no PUCRCE tem que ter CPPTA. “As atuais CPPTAs, que acumularam bagagem grande ao longo do período em que atuaram, têm muito a contribuir com as Comissões In-

ternas de Supervisão (instância prevista no novo plano). Esse pessoal que trabalhou esse tempo todo com as CPPTAs será um bom reforço ao movimento ao se candidatarem às Comissões Internas de Supervisão.

## Enquadramento na UFRJ

O coordenador da Comissão de Enquadramento da UFRJ, Nilson Barbosa, informou que o prazo para as unidades entregarem a documentação para a segunda etapa do enquadramento dos ativos à comissão termina nesta segunda-feira, dia 4. Na última quinta-feira integrantes da comissão fizeram uma exposição na reunião do Conselho Univesitário sobre o trabalho desenvolvido até aqui. O resultado do trabalho deve entrar em pauta na reunião do Consuni no próximo dia 13. Na sexta-feira, segundo Nilson, a expectativa era de que o ca-

dastrado de todo pessoal feito na primeira etapa do enquadramento já estivesse no sistema.

Em Brasília, a Comissão Nacional de Supervisão se reuniu dias 23 e 24 de março, quando definiu alguns elementos para a segunda etapa do enquadramento (agora, por capacitação), como a correlação dos cursos referentes à capacitação e incentivo à qualificação. As diretrizes serão disponibilizadas esta semana na página do Ministério da Educação e em manuais que serão distribuídos durante o treinamento que o ministério vai

realizar em várias regiões do país para a implantação da segunda etapa. As datas do treinamento serão comunicadas aos setores de pessoal da universidade. Segundo Tônia Duarte, integrante da comissão, no segundo dia de reunião o grupo estabeleceu os elementos necessários para a segunda etapa do enquadramento. A Fasubra já havia apresentado um trabalho sobre definição de ambientes e correlação de cursos para qualificação, e a proposta foi aprovada. A Federação também apresentou proposta preliminar sobre os

cursos de capacitação que serviu como base para que a Comissão pudesse trabalhar. A Comissão volta a se reunir nos dias 24 e 25 de abril.

Cássia Ribeiro, da assessoria técnica da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), do MEC, explicou que a primeira fase do enquadramento (por tempo de serviço), será concluída no dia 13 de abril. O enquadramento tem de estar homologado pelo conselho superior das instituições e, logo após, publicado por meio de portaria no *Diário Oficial da União*.

# Direito: reitor empossa diretores

Aloísio Teixeira garantiu que a comissão *pro tempore* ficará à frente da FND no máximo seis meses

Fotos: Niko Júnior

“Viemos destacar o apoio da Reitoria ao trabalho que será feito por esta comissão para tirar a Faculdade de Direito da crise, pois a normalização da vida acadêmica e administrativa da unidade é prioridade absoluta da Reitoria”, afirmou o reitor Aloísio Teixeira, na segunda-feira, dia 28, ao empossar a nova direção da Faculdade Nacional de Direito. O professor Adilson de Oliveira é o novo diretor, Protásio Dutra Martins Filho é o vice e o coordenador de Graduação, Ericksson Rocha Almendra, é o coordenador de Graduação. Aloísio acrescentou que, na tarefa de recuperação da faculdade, os funcionários têm um papel essencial.

Esse primeiro e importante passo para o restabelecimento da normalidade institucional da Faculdade Nacional de Direito só foi possível com o pedido de exoneração do ex-diretor, Armênio Albino da Cruz, na segunda-feira passada, que o reitor da UFRJ assinou de imediato. Há mais de um ano a histórica FND vivia à deriva, em consequência de ações e atitudes incomuns à vida acadêmica e administrativa de uma unidade de ensino praticadas por Armênio. Estudantes e técnico-administrativos foram os principais prejudicados pelas insanidades cometidas, e também os que mais lutaram pelo fim da era obscura.

#### Vontade de acertar

O novo diretor da FND, titular da



“Vamos recuperar a auto-estima desta unidade, para termos orgulho de trabalhar aqui”

**ADILSON DE OLIVEIRA**



“Precisamos trabalhar de forma correta e eficiente para os padrões da universidade”

**PROTÁSIO DUTRA MARTINS**



“Os funcionários são, por excelência, a memória da Faculdade de Direito”

**ERICKSSON ROCHA**

disciplina de Economia Industrial do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Adilson de Oliveira, 59 anos, afirmou que como professor em tempo integral era sua obrigação cumprir a determinação do reitor, agradeceu à confiança nele depositada e prometeu redirecionar a faculdade com empenho para que ela encontre seu passado histórico. Mas acrescentou que ele e toda a equipe sem o apoio

dos técnico-administrativos e dos professores não terão capacidade para resolver os problemas da FND. “Sabemos também da importância do apoio dos escalões da Reitoria para cumprimento dessa tarefa. Os relatórios apresentados confirmam a difícil situação em que se encontra a unidade, mas desejo ficar pouco tempo por aqui”, adiantou.

O diretor afirmou ainda que pre-

tende ouvir as reivindicações do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) e, conforme permitirem os recursos, que são poucos, irá atendê-las. Também reconheceu que há grande motivação por parte de professores em pôr a casa em ordem, e que vai conversar com todos eles. Adilson Oliveira já foi diretor administrativo do Instituto de Economia.

## Eleição em seis meses

Aloísio Teixeira garantiu que a comissão *pro tempore* ficará à frente da Faculdade Nacional de Direito no máximo seis meses. Ele considerou esse tempo como suficiente para “colocar a casa em ordem” e, no final desse prazo, prometeu que fará a convocação para realização de eleições de diretor e vice-diretor da unidade. Segundo o reitor, os problemas acadêmicos da FND não são propriamente por falta de professores; talvez, disse, faltem em sala de aula. “São mais de 40 no quadro fora os

substitutos contratados; eles dão conta do conjunto de disciplinas obrigatórias.” Na sua avaliação, o que falta é organização de grades.

Aloísio Teixeira considera que a FND está sofrendo de graves problemas acadêmicos e administrativos. E garantiu que o objetivo é discutir e resolver todos eles, por isso os *pro tempore* terão carta branca da Reitoria para agir no que for necessário. “Vamos iniciar a reconstrução da Faculdade de Direito”, disse o Reitor da UFRJ.

O reitor não tem dúvidas de que o Ministério da Educação vai extinguir o processo em que a UFRJ pede a demissão de Armênio Albino da Cruz do serviço público federal. De acordo com a Procuradoria Jurídica do MEC, as provas dos desmandos cometidos pelo ex-diretor são insuficientes para esse grau de punição. Mas, segundo o reitor, ainda há um outro processo administrativo disciplinar em andamento na UFRJ contra Armênio, cujas discussões ainda não foram encerradas.

# Funcionários voltam ao trabalho

Trabalhadores firmam compromisso de parceria com novos diretores da Faculdade de Direito

Foto: Niko Júnior

Os técnico-administrativos da Faculdade Nacional de Direito decidiram acatar a proposta do SINTUFRJ de retorno ao trabalho como uma prova de confiança à comissão que assumiu a direção da unidade. A categoria estava em greve desde o dia 7 de março e, como bem frisou a coordenadora do Sindicato, Ana Maria Ribeiro, a greve não era pela renúncia do ex-diretor, mas por uma proposta séria de organização da unidade e pelo comprometimento do corpo docente com as mudanças que se fazem necessárias na área administrativa e acadêmica.

Foi um momento de grande emoção para todos os funcionários da faculdade presentes à reunião na segunda-feira, dia 28, logo depois da posse dos novos diretores. A expectativa era grande sobre o resultado do encontro que ocorreu horas antes entre o SINTUFRJ e os novos dirigentes da FND. Alguns técnico-administrativos também participaram da conversa que firmou compromissos, de ambas as partes, de respeito e cooperação para a recuperação da normalidade e integridade da instituição. Os *pro tempore* foram informados das dificuldades que os trabalhadores enfrentam para desempenhar suas funções, dos difíceis momentos impostos pelo ex-diretor Armênio Albino da Cruz, das perseguições pessoais e dos traumas ainda não curados.

“Queremos agradecer o carinho e dizer que essa diretoria do SINTUFRJ faz a diferença na nossa vida. O SINDICATO esteve junto com a gente durante todos os piores momentos que passamos. Os diretores quando não

**COMPROMISSO.** Depois de empossados, os três integrantes da direção se reuniram com os funcionários para propor colaboração dentro do objetivo comum de reconstruir a Faculdade de Direito

estavam aqui, todos os dias, ligavam para saber o que estava acontecendo. E, através do SINDICATO, o nosso sofrimento foi sentido até pelos colegas que estão distantes” — afirmou a secretária do gabinete do diretor, Ana Rosa Azeredo de Souza e Silva, falando em nome de todos os técnico-administrativos.

**A ÚLTIMA PRESSÃO** – Na avaliação da coordenadora do SINTUFRJ, o fator preponderante para a saída de Armênio foi a ausência dos funcionários na unidade. “Essa foi a grande pressão, pois eram os funcionários que seguravam a rebaba da ausência dos professores. Com a entrada deles em greve, os professores pressionaram o ex-diretor para uma definição da situação e disseram a ele que não dariam mais respaldo para futuras liminares”, concluiu Ana Maria Ribeiro.

O SINTUFRJ vai continuar acompanhando de perto os acontecimentos na FND. O núcleo organizado de funcionários continuará atuando, realizando reuniões periódicas, com a participação de dirigentes sindicais. O SINDICATO vai querer saber se os técnico-administrativos estão tendo condições de trabalho e como anda o relacionamento deles com os *pro tempore*.



## Proposta de parceria

A convite do SINTUFRJ, os integrantes da comissão nomeada para dirigir a FND participaram da reunião dos funcionários. Foi a oportunidade para que se apresentassem oficialmente ao corpo funcional.

“Estou aqui para ajudar vocês a recuperarem a auto-estima e voltarem a ter orgulho de trabalhar na FND e saírem aiam à rua honrados por isso. Estamos aqui temporariamente e precisamos muito do apoio de vocês. Não temos compromisso com o passado e peço que ninguém venha a minha sala falar sobre o que aconteceu”, recomendou o diretor, Adilson de Oliveira.

Na oportunidade ele também expôs o seu método de trabalho. “Não trabalho de forma oral, portanto, qualquer solicitação deve ser feita por escrito. Mas minha sala está à disposição de todos. Não guardo nome, mas sou bom fisionomista. Para mim todos são iguais, chefes ou não, não temos títulos, mas competências”, disse.

“O senhor vai ter problemas e com os professores, mas com a gente não. Nós somos a solução”, respondeu ao diretor Tiago dos Santos, do Departamento de

Pessoal. Outra funcionária pediu que fosse feito um apelo aos estudantes, através do Centro Acadêmico, para que tivessem calma, pois a situação é outra.

O vice-diretor, Protásio Dutra Martins Filho, fez um apelo para o restabelecimento imediato da rotina na faculdade. “Precisamos trabalhar de forma correta para os padrões da UFRJ, e a parte que cabe a vocês é muito importante”, frisou o professor.

“Vocês são por excelência a memória da unidade, e sem a competência de vocês não recuperaremos o enorme passivo que existe hoje na instituição. A falta de definição de quem decide era um dos problemas administrativos, mas isso vai acabar”, prometeu o coordenador de Graduação, Ericksson Almendra.

O representante dos técnico-administrativos no Conselho Universitário da UFRJ, Marcílio Dias, e membro da Comissão pela Recuperação Administrativa da FND, constituída pelo próprio Consuni, disse que tanto a comissão como todos os conselhos superiores da UFRJ estarão atentos, fiscalizando e cobrando para que o cronograma de mudanças prometidas seja cumprido.

# O futuro da universidade

Debate na Coppe discute a reforma universitária tendo como base o anteprojeto do governo

Um dia após o encerramento do prazo dado pelo Ministério da Educação para o envio de sugestões ao projeto de reforma universitária, a UFRJ reuniu as entidades do setor da Educação para um debate. O evento lotou o auditório da Coppe e serviu para mostrar o universo e a complexidade da questão da educação superior pública no Brasil. As sugestões encaminhadas por 51 entidades ao projeto do governo, por sua vez, foram de tal monta que o MEC mudou o cronograma para o envio do texto definitivo à Casa Civil e pretende organizar uma segunda consulta com os autores das propostas, de acordo com Nelson Maculan, secretário de Ensino Superior do MEC.

O debate na UFRJ, promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura e pela Coppe, reuniu representantes do Andes (professores), da Andifes (reitores), da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Coppe, o reitor da UFRJ Aloísio Teixeira e Nelson Maculan. A mediação foi feita pelo coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa. A política de cotas, que divide opiniões nas universidades e na sociedade, tal como está formulada pelo governo, foi criticada pelos representantes do Andes, Andifes e Academia Brasileira de Ciências.

Luiz Pinguelli explicou a natureza do debate, focado na visão da universidade pública e na tentativa de estimular a discussão sob esse ângulo. "O que precisamos debater é como combater a exclusão dentro das universidades e transformar a realidade de um sistema que remunera mal seus quadros e forma robôs. Estas questões estão relegadas a um segundo plano."



DEBATE. Representantes de entidades apresentaram propostas para a organização do ensino superior no país



## “Ampliar o financiamento”

A representante do Andes, Milena Martinez, apresentou a proposta do Sindicato Nacional dos Docentes intitulada “Agenda para a Educação Superior”, recentemente aprovada no 24º Congresso Nacional da entidade. É fundamental para a categoria docente a existência do conceito de universidade que se quer, a garantia da universidade como estratégica para o Estado, o financiamento calculado a partir do Produto Interno Bruto (PIB) e a reversão da mercantilização. “Estamos propondo que a universidade retome seu espaço de produção de conhecimento original. Por isso a desmercantilização é fundamental. Para isso, definimos ações imediatas que compõem a agenda para a educação. Esta agenda vem responder à sociedade sobre essa perspectiva de transformação. E que passa por um novo marco de financiamento, via PIB de 1%, para manter todas as atividades da universidade”, afirmou.



## “Liberdade de gestão”

O vice-presidente da Andifes, Cícero Fialho, que é reitor da UFF, louvou a “coragem” do governo em tocar em pontos polêmicos na universidade e na sociedade. Mas ponderou que o prazo dado para discussão foi curto. Fialho destacou como fator principal para a entidade a discussão sobre autonomia e financiamento. A Andifes tem um projeto de Lei Orgânica para as Universidades Federais e elaborou, a partir deste projeto, uma proposta de contribuição à reforma universitária. “Autonomia financeira e liberdade acadêmica não é possível se não existe liberdade financeira e de gestão. O documento enviado ao MEC tem pontos basilares, princípios que sempre defendemos, como o de que a educação superior seja tratada como uma política de Estado. E deve ser encarada como um bem público, ainda mais em relação às diretrizes mercantilistas da OMC e que vêm avançando a passos largos”, disse.



## “Vínculo com o desenvolvimento”

Para o diretor da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, o debate suscitado pela anteprojeto de reforma não é novo. Ao falar que já se discutia a necessidade de uma reforma na educação superior na década de 50 de forma rica e promissora, o físico afirma que primeiramente deve-se discutir o modelo de universidade. “Os obstáculos à educação superior e à formulação de uma lei orgânica do ensino superior só serão superados se tratarmos a questão como uma política de Estado, articulado com as necessidades mais amplas do país”, avalia. Para Davidovich, o debate em relação à universidade tem que estar conjugado ao debate sobre o modelo de desenvolvimento que se quer para o país, assunto que foi muito discutido nas décadas de 50 e 60. “Infelizmente a experiência foi abortada pela ditadura militar e de alguma forma aquele sonho se perdeu. É hora de recuperarmos esse sonho”, finalizou.

# Debate exclui funcionários e estudantes



TEIXEIRA. "A universidade deve satisfação à sociedade"



CANDOTTI. Um novo desenho para o ensino superior



MACULAN. "Tratam educação como mercadoria"

O debate sobre a reforma universitária promovido pela Coppe e pelo Fórum de Ciência e Cultura excluiu a participação de representantes de funcionários e estudantes. O próprio reitor Aloísio Teixeira, no início de seu pronunciamento, chamou a atenção para a complexidade do assunto e a necessidade de envolver todos os atores envolvidos na construção da universidade brasileira. A perspectiva elitista, que freqüenta as cabeças de boa parte da academia neste país, anda na contramão da democracia e repete um modelo de universidade conservadora, com horizontes demarcados no âmbito dos interesses das elites.

No debate, o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira disse que o anteprojeto de reforma do ensino superior apresentado pelo governo fortalece o segmento público no sistema de

ensino superior. Mas ressaltou que se deve pensar o crescimento da universidade segundo outro modelo. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ennio Candotti, disse que não se pode pensar em uma reforma do ensino superior sem que seja enfrentada a concentração da pesquisa e dos processos de conhecimento no centro-sul do país. O secretário de Educação Superior do MEC e ex-reitor da UFRJ, Nelson Maculan, defendeu o projeto de reforma sustentando que um dos seus méritos é abrir um debate sincero sobre os rumos da universidade no país. O secretário disse que tem viajado pelo país todo discutindo a universidade e fez críticas ao setor privado. "Muitas dessas instituições tratam, de fato, a educação como mercadoria." Mas, segundo ele, o sistema privado não tem como se expandir mais.

## Críticas à Andifes e à ABC

O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, disse que gosta do projeto de reforma universitária apresentado pelo governo. "Garante a gratuidade do ensino e fortalece o segmento público no sistema de ensino superior." Mas na opinião do reitor, o que se deve é repensar o modelo da universidade brasileira. "Naverdade, nós não temos um sistema de ensino superior. O que existe são universidades federais sem maior articulação. Então preciso superar estes limites. E posso dizer: esta situação não é modificada por uma lei." O reitor disse que é

preciso ficar atento para os novos tempos. "O modelo da universidade do século XXI é outro. A universidade pós-guerra ainda foi baseada no papel de servir para reproduzir os quadros da elite e produção de conhecimento de ciência e tecnologia para a indústria. Hoje o modelo caminha para um desenho diferente, uma vez que as próprias empresas criaram os seus núcleos de pesquisa para aumentar a competitividade de seus produtos." O reitor foi duro em relação a propostas feitas pela Andifes e Associação Brasileira de Ciência (ABC) enca-

minhadas ao anteprojeto do governo. "O Conselho de Desenvolvimento proposto pela ABC, por exemplo, na verdade propõe uma tutela. A proposta da Andifes é também equivocada e vai pelo mesmo caminho. Nenhuma das duas fala em prestar contas à sociedade. O que não podemos esquecer é que cada centavo que entra na universidade pública é dinheiro público. Então temos que oferecer satisfação à sociedade." Na opinião de Aloísio, o principal nó a ser desatado para a universidade é estabelecer um novo modelo para o seu crescimento.

## Descentralizar o conhecimento

O presidente da SBPC, Ennio Candotti, disse que não se pode abrir mão de procurar influir nesta reforma. "Uma reforma do ensino superior que altere os rumos deve enfrentar o problema da concentração da pesquisa no eixo do centro-sul." De acordo com Candotti, os centros de produção de conhecimento não contemplam a periferia. "Os doutores não querem sair do Rio e de São Paulo." De acordo com Candotti, faltam recursos humanos em pólos importantes. Ci-

cludente dos centros de excelência que não têm interesse nesta descentralização. "Se os crivos que exigem hoje para projetos fossem exigidos quando os coronéis de hoje eram sargentos, esses sargentos nunca tinham chegado a coronéis." E acrescentou: "criam dificuldades na liberação de recursos dos fundos setoriais, impondo exigências, engessando as ações através da burocracia." Segundo ele, é necessário um novo desenho para a universidade.

O prefeito do Rio, César Maia, tirava onda de administrador competente, sempre com dinheiro em caixa, e agradava à classe média e aos ricos combatendo camelôs com um discurso em defesa "da ordem". Com essa fama toda, o seu partido, o PFL (que reúne parte do que existe de mais atrasado na sociedade brasileira), resolveu lançá-lo candidato à presidência da República antecipadamente, com uma campanha publicitária veiculada nacionalmente na tevê. Trata-se de um investimento partidário com perda total. A intervenção do governo federal no Rio revelou o caos e a política genocida de César Maia na área da saúde.

Como se sabe, o prefeito entregou a Secretaria de Saúde nas mãos de um banqueiro, o ex-deputado Ronaldo César Coelho. Trata-se de um político do PSDB, velho doador de dinheiro para as campanhas de Fernando Henrique Cardoso e que, nas últimas eleições, abriu o seu caixa para financiar a campanha de César Maia à reeleição com R\$ 400 mil. Portanto, não foi grande surpresa a constatação de que parte dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para a Prefeitura criminosamente foram desviados para especulação no mercado financeiro. A intervenção do Ministério da Saúde permitiu um mergulho no panorama devastado do atendimento à população mais pobre. Gente morrendo por falta de atendimento, corredores superlotados de pessoas em busca de assistência médica, emergências sem capacidade de absorção da demanda.

# Prefeito desmascarado

Intervenção do governo federal revela o cenário devastador do atendimento no Rio



PAULO PINHEIRO. "Falta de gerência da Prefeitura"



ARTUR CHIORO. "Atuamos para salvar vidas"

**AUDIÊNCIA PÚBLICA** – Na semana passada, a crise na saúde foi o assunto de audiência pública na Assembleia Legislativa, conduzida pelo deputado Paulo Pinheiro (PT). Uma das conclusões da reunião foi a de que César Maia vem sabotando o trabalho de recuperação da rede de saúde pública no Rio de Janeiro. Paulo Pinheiro (PT), membro da Comissão de Saúde da Assembleia e que durante anos dirigiu o hospital Miguel Couto, na Zona Sul da cidade, disse que a crise se deu por "falta de gerência completa da Prefeitura". Artur Chioro, um dos homens do governo federal na intervenção, apresentou um panorama das ações feitas até agora e disse o que todo mundo já sabe. César Maia não quer dialogar. O prefeito está se lixando para os problemas da população pobre e sua preocupação

maior, neste momento, é que a sua imagem – reduzida a uma caricatura desmascarada de político competente. "O ministério tomou a medida emergencial para salvar vidas", disse Chioro. Na audiência pública Paulo Pinheiro (PT) afirmou que irá pedir a intervenção também nos postos de saúde da Prefeitura. "A crise é profunda. Não teremos solução se não enfrentarmos também o problema do atendimento básico", disse Paulo Pinheiro-Além de parlamentares, entidades da sociedade civil, representantes da Secretaria Estadual de Saúde e do governo federal participaram da reunião, que serviu para ratificar a crítica à posição do prefeito César Maia - que insiste em criar problemas para a gerência da crise intervenção foi necessária e a medida se mostrou correta", afirmou Paulo Pinheiro, que

é presidente da Comissão de Saúde da Alerj. A disposição de César Maia de inviabilizar a intervenção ficou ex-

pressa na composição da mesa da audiência. O secretário municipal de saúde não compareceu.

## Entenda o caso

O governo federal decretou estado de calamidade pública em seis hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) do Rio de Janeiro no dia 11 de março. A determinação foi motivada pela má gestão dos recursos destinados ao setor pelo governo federal. A medida provocou um embate entre o prefeito César Maia (PFL) e o ministro da Saúde, Humberto Costa, que denunciou que o município deixou de usar em 2004 R\$ 36,5 milhões que já estavam disponíveis pelo Ministério da Saúde. Entidades médicas começaram a reclamar da falta de material e equipamentos nos hospitais ainda em janeiro. O problema chegou aos tribunais quando, sob pretexto de colaborar com a intervenção, Maia decretou a exoneração dos diretores de quatro dos seis hospitais sob intervenção – Lagoa, Andaraí, Jacarepaguá, Ipanema, Souza Aguiar e Miguel Couto – e a demissão de 336 funcionários, no total; além da suspensão de licitações para obras nestas unidades.

No dia 17 de março a Prefeitura moveu um mandado de segurança com pedido de liminar ao Supremo Tribunal Federal contra a intervenção. A Justiça indeferiu o pedido.